

Representação das Entidades

A professora Vera Lúcia Wey, coordenadora dos debates, passa a encaminhar as questões formuladas pelos participantes do Fórum aos representantes das entidades de classe e aos especialistas em educação que atuaram na mesa-redonda.

A professora **Ana Maria** pergunta o seguinte:

Não vale a pena retirar a seriação existente na escola pública e permitir que a escola se organize e que cada ciclo tenha quatro anos? E a avaliação? Seria diária, contínua, através de acompanhamento sistemático cabendo julgamento ao final do ano? E aí? Mudando a organização, não ouviríamos mais a palavra “promoção automática”?

Resposta da professora **Bernardete Gatti**:

Essa proposição está na LDB e seria um salto enorme se você conseguisse, realmente, trabalhar com ciclo, a escola organizando as formas com que quer trabalhar por ciclo com os alunos, organizando o trabalho pedagógico em função das necessidades pedagógicas, coletivas, dos alunos, dos professores, do contexto em que esses alunos estão. Agora, vai muito além da idéia da progressão continuada. É um desafio e tanto.

Resposta do professor **José Mário Azanha**:

Fica difícil de responder porque é uma pergunta no seguinte sentido: será que se eu fizesse tal coisa não daria certo? Não sabemos. Posso dar um palpite? Agora, o importante é o seguinte, como o CPP falou: por que dois ciclos de quatro? E por que

não quatro de dois? Eu acho que poderia. É razoável isso. Eu acho que poderia caber à escola (e nisso a Administração errou), com a comunidade, com os seus supervisores, com os seus diretores e tudo o mais, eles próprios decidirem uma série de aspectos que, realmente, são fundamentais. Talvez fosse muito razoável quatro ciclos de dois anos. O importante é quebrar a idéia de que é preciso uma série de exames e uma série de comprovações formais. O direito do aluno, o direito da escola democrática não pode ficar subordinado a normas pedagógicas. Quer dizer, porque ele não sabe extrair a raiz de dois, porque ele nunca vai entender que a raiz de zero é um. Como é que ele vai entender essas coisas? “Não, mas não se ensina isso. Nós ensinamos aquilo que é importante.” Será? Nós não sabemos o que é importante. A verdade é que nós não podemos impor critérios pedagógicos a uma decisão política. A decisão da Progressão Continuada é uma decisão de Política Educacional. O aluno tem o direito de ficar pelo menos oito anos na escola. Isso é da Constituição. Isso é da Lei. Agora, nós, donos de uma pedagogia abstrata, queremos impor critérios pedagógicos para que o aluno fique na escola e dizer que a escola não exclui... Exclui. O próprio pai, a própria mãe, a própria família diz: “Ah, o menino não dá mesmo pra isso.”

Os estudos da Maria Helena Souza Patto, que foram tese de doutoramento alguns anos atrás, focalizam bem isso. Quer dizer, o próprio professor, às vezes, catequiza o aluno, no sentido de se convencer de que o menino não dá para a escola. “A cabecinha dele não dá, coitado!” Esse é o problema. Dê ou não dê, ele tem o direito de ficar oito anos na escola. Esse é o ponto. É uma decisão de Política de Democratização. Porque o filho que não é da pequena classe média, da pobreza, esse vai cursar oito anos e mais. Cabecinha ruim ou cabecinha boa, ele vai conseguir cursar a escola. Então é esse o problema. Embora eu não ache absurdo que os pais tenham direito, com relação aos filhos menores, de querer que eles fiquem num regime de promoção automática ou não. De modo que a escola poderia ter os dois regimes. Eu acho razoável isso. Ou, então, quando chegar o fim do ano, o pai seja ouvido e diga: “Não, eu quero que ele seja retido ou...” etc. Não sei. Eu acho que há forma. Mas o problema é de sempre permitir que a própria escola encontre os seus caminhos. Não existem caminhos abstratos. Esse é o engano de toda a Administração. Não é possível gerir, nem com computador, seis mil escolas a partir da Praça da República. Isso não existe.

Complementação que faz a professora **Bernardete**:

É só lembrar que existe uma idéia-base como subsídio (você defendeu uma questão como a Progressão Continuada), que é a idéia de que se as crianças e os jovens freqüentarem a escola, se eles tiverem contato com os professores e supervisores, que eles estarão sempre aprendendo alguma coisa. Porque a aprendizagem não é só a dos conteúdos escolares, mas de hábitos, de atitudes, de valores, de questões que são de relacionamento. E tudo isso tem na escola. Se a gente não acredita nisso, então, não vai defender a progressão continuada. Pelo fato de a criança

estar ali, nessa relação com outras crianças, numa relação organizada, estruturada com o seu professor. Ela está aprendendo coisas que são muito importantes na sua vida futura. Por exemplo, o hábito de administrar o seu tempo para fazer os exercícios. O hábito de fazer um pouco de silêncio para uma leitura. Ou as formas de cooperação, quando o professor passa trabalhos coletivos. Quando se fala de aprendizagem, fixa-se na idéia de conteúdo. Não estou desprezando que o aluno deva aprender conteúdos. Eu quero que ele aprenda a ler e a escrever bem, para o resto da vida. Mas, ele está aprendendo a coexistir. Ele está se socializando. Portanto, se é importante a permanência dele na escola, se a escola vale alguma coisa, a progressão continuada tem muito a contribuir. Eu acho que se poderia também examinar por aí.

Eu queria colocar alguma coisa para vocês. Chamar a atenção um pouco para o momento que estamos vivendo. Nós vamos enfrentar um debate político de eleições. E nesse debate, se nós, como educadores, não politizarmos um pouco essa questão, nós vamos ficar: “Não, agora é progressão continuada. Não, agora é promoção automática...”. Eu retomo a questão que o professor estava colocando. A questão é da função da escola. Que escola nós queremos? E a discussão, seja do partido A ou B ou C, tem que passar por uma discussão da Política Educacional, porque senão nós vamos encontrar nos programas de televisão, que nós vamos ver, entrevista com a mãe: “O que a senhora acha?” “Ah, meu filho não aprendeu nada.” Por quê? Há uma instrumentalização, vai haver e vai nos atingir. Então, um Fórum como este também tem o papel de trazer para essa questão uma discussão política. Por isso, eu retomo a questão. Qual é a melhor proposta? Não sei. Eu acho que não temos acordo ainda sobre alguns desvelamentos políticos nossos. Da função da escola, que papel ela tem que ter dentro do sistema e da própria escola. Vamos ver, então, que políticas educacionais nós estamos pensando. Que função essa escola tem que ter hoje. Esse é o momento difícil por que nós vamos passar como educadores. Nós vamos ser instrumentalizados para o cargo lá e essa é uma ação que nós já vimos passar milhões de vezes, e que é muito desgastante.

Eu tenho três perguntas dirigidas à professora **Maria Isabel**.

A primeira: *“O termo promoção automática possui embasamento científico? Tenho pesquisado e encontrado dificuldade em localizar. Os educadores têm feito propositura nesta linha? Solicito sua especial colaboração para me auxiliar na pesquisa.”*

A segunda: *“Na sua fala, você confundiu progressão continuada com promoção automática. Logo, pergunto, você sabe quem disseminou na comunidade escolar que progressão continuada é promoção automática?”*

A terceira. *“Como a entidade se posiciona em relação à Lei Complementar 883, que tem implodido o progresso pedagógico das escolas, uma vez que muitos profissionais da educação, em particular os docentes, têm se utilizado de artifícios para as faltas?”*

Responde a professora **Maria Isabel**:

Quanto à questão do embasamento teórico, ele advém exatamente do diagnóstico que tantas entidades educacionais, acadêmicas e sindicais, eu até fiz referências à IV CBE, que foi amplíssima do ponto de vista de elaboração de propostas para política educacional, e sobretudo, aquelas propostas que trataram do cotidiano escolar. E uma das questões candentes, considerados os dois males crônicos da educação brasileira, a evasão e a repetência. Daí, adveio, portanto, a proposta de progressão continuada. Hoje, expressa em vários Estados, através de projetos como o da Escola Candango, que ocorreu, por exemplo, em Brasília, no governo Cristóvão Buarque; Escola Plural, aqui citada pela professora Bernardete, e a Escola Cidadã, de Porto Alegre, Laço Unido.

É bom também que nós entendamos que a progressão continuada, nesses Estados, não foi imposta. Foi um processo gradativo de implementação da proposta. E desta forma, nós temos a Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, em que 65% das escolas adotaram a progressão continuada e 35%, não. E por quê? Não se sentiram, à luz do projeto político-pedagógico da escola, com todo o debate que foi feito, não se sentiram seguros para instituir, ainda, a progressão continuada. Então, não pode ser via decreto mesmo.

Quanto à Lei Complementar de falta de professores, foi criada e garantiu o direito de se ter a licença. Agora, é verdade que nós, professores, e da entidade do magistério, temos tido, sim, debates francos e abertos com a categoria, no que diz respeito ao compromisso com a sala de aula, ao compromisso político-pedagógico, ao compromisso, inclusive, com a formação. Não é por acaso, e nem só para aumentar emprego de professor, que é uma demanda colocada, que a gente discute a ampliação do HTPC e a redução da jornada. Porque nós entendemos que a formação é importantíssima nesse momento em que aí se implementa um projeto de avaliação, no caso, a progressão continuada. O que se propôs foi que, na verdade, se remetesse a prerrogativa de avaliar a quem trabalha, para quem trabalha o ano todo, que é o professor com seus alunos. E que a decisão final coubesse a um coletivo, um Conselho de classe e séries. Tomar a decisão final, se aprova, se reprova, levando-se em consideração algo que nós, infelizmente, vimos no passado, quando nos sentávamos à mesa do Conselho de classe e séries e, tristemente, víamos um menino ser reprovado por uma disciplina. Tem que repensar esses casos. Posso até dizer, de forma muito grosseira, que seja dependência, que sejam criadas turmas ou, enfim, formas para que esse menino venha a acompanhar, e ele vá para frente naquelas matérias em que foi aprovado. Quer dizer, isso é o que eu penso. E foi essa proposta, tão e simplesmente, que nós apresentamos à luz do debate que nós fizemos. Obrigada.

Complementação que faz a professora **Bernadete**:

Não. A pergunta inclui a pesquisa que fundamenta a promoção automática. Basta consultar os *Cadernos de Pesquisas* da Fundação Carlos Chagas dos anos 70 e 80, várias pesquisas mostram

que quanto mais o aluno reprovava menos ele aprendia. E quanto mais o aluno reprovava mais ele evadia da escola.

Há um estudo feito pela USP, grande, há um estudo feito pela Unesp de Rio Claro, que eu me lembro, mas há muitos trabalhos de pesquisa mostrando que a reprovação não leva a melhor aprendizagem. Então, é preciso repensar isso. Há um livro que saiu agora, de Vitor Paro, “Reprovação, fracasso da escola”, que é muito interessante. Eu recomendaria, enfaticamente, que ele seja lido. É um estudo muito bem-feito.

Intervenção da **Apeoesp**:

É um estudo de caso da Prefeitura de São Paulo, se me permite.

Responde a professora **Bernardete**:

É um estudo de caso com uma teoria que permite algum tipo de generalização. É uma metodologia diferente. Então, eu acho que seria de todo interessante consultar. Existe bibliografia internacional, também, mas não vem ao caso.

Nós devemos, também, lembrar o seguinte: a maioria dos países adota a progressão continuada. Por exemplo, no Canadá, que eu conheço bem, uma criança leva uns três, quatro anos para poder se familiarizar com as primeiras letras. Então, lá uma criança não é alfabetizada em um ano. É alfabetizada em três anos. Só que quando ela, em três anos, termina o seu processo de alfabetização, está lendo bem, dominando as dificuldades da língua. Ninguém espera lá que a criança domine as dificuldades da língua em um ano. Há toda uma concepção pedagógica para isso. Então, há muita experiência para a gente examinar, no Chile, na Colômbia, na Alemanha (eu estou tentando trazer para a América Latina), na Costa Rica. Vale a pena pensar que nós não estamos sozinhos nessa direção e que existe fundamento, sim.

Basta lembrar que nós não aprendemos tudo. Faço uma pergunta sempre que eu vou falar sobre isso: “Quem daqui foi bom em matemática?” Na verdade são três ou quatro, o resto é empurrado. No meu tempo, quando a escola era rígida, rigidíssima – eu digo de boca cheia e os meus colegas vão testemunhar –, metade da classe era empurrada em inglês, a outra metade era empurrada em francês. Era essa a expressão. Porque se fosse na nota, ali, não passava. Mas, os professores tinham o bom senso de reconhecer as diferenças de aprendizagem. Isso não quer dizer não-aprendizagem.

Eu tenho aqui, feita pela professora **Cristina**, formulada às entidades, a pergunta:

“Como as instituições representativas do magistério poderão auxiliar na construção de uma escola realmente comprometida com a população brasileira? Precisamos buscar caminhos numa

tarefa conjunta, onde não estamos em caminhos antagônicos e, sim, na mesma estrada. Como trabalharemos juntos?”

Responde a **Apase**:

Trabalharemos juntos como estamos trabalhando agora. Refletindo, debatendo, questionando, colocando idéias, avançando, recuando, mas buscando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças, como bem lembrou o professor José Mário.

E com relação ao tempo, eu gostaria de dizer que, na Inglaterra, depois de 99 anos que as professoras já praticavam o regime de progressão continuada nas primeiras séries, no primário, é que se implantou, saiu o decreto. Então, se um decreto saiu depois da prática, essa é a nossa insurgência. Por que não debater? Por que não discutir? É óbvio que não dá para discutir com os 200 mil professores. Mas com quem os representa dá. Dentro daquilo que a representatividade significa.

Complementa a **Apeoesp**:

Bem, eu tenho uma proposta para que, juntos, tanto as entidades de classe, como a sociedade civil organizada na forma de associações, enfim, a comunidade escolar, eu acredito que nós só vamos avançar mesmo se a bandeira em defesa da escola pública, da qualidade de ensino, de melhores condições de trabalho, de aprendizagem dos alunos, for empenhada por mais atores sociais. Eu acredito nisso. Não vai poder ser somente uma luta isolada de professores. Tem que ser uma luta de toda a sociedade. A sociedade clama por mudanças, não por reformas de cima para baixo, mas por mudanças estruturais. Não pelo verniz, para fazer de conta que mudou, mas por mudanças de verdade, que venham a caminhar na perspectiva da qualidade de ensino.

Uma outra pergunta:

Qual é a opinião do CPP diante da Lei 883? Então, você podia aproveitar e fazer um comentário, também, sobre isso.

Responde pelo CPP a professora **Maria Lúcia**:

Primeiramente, eu gostaria de dizer que o CPP tem atuado, com muito empenho, no sentido de orientar, de trabalhar, inclusive junto com as entidades, e orientar o professorado, os nossos associados, através de cursos de preparação para diretor, para professor, para supervisor. Temos trabalhado intensamente nesse sentido, e até nas reuniões de representantes de escola que se faz bimestralmente no CPP, com a presença, quase sempre, de 300, 400 professores que lá

debatem, analisam, avaliam, se propõe, se faz proposta. É dessa forma que o CPP está tentando passar para o seu associado, para o magistério, alguma orientação em cima da progressão continuada.

Quanto à Lei 883, está difícil mesmo, enquanto entidade de classe, dar essa orientação, porque o professor não está entendendo bem o sentido desse direito que ele obteve. A gente tenta orientar. Buscar o abono quando precisa, quando há necessidade desse abono. Não o abono pelo abono.

Se nós pensarmos, o que os sindicatos podem fazer? Nós fazemos bastante. Da parte dos sindicatos para os seus associados, evidentemente que eu cito sobre dois aspectos. Em primeiro lugar, quando eu entendo que, quanto melhor o diretor da escola trabalhar, melhor para a categoria, melhor para o sistema educacional. Dessa forma, nós temos oferecido aos nossos associados não só publicações que sobressaltam, que apontam o caminho do pedagógico. Esse é um caminho que nós temos feito. No conjunto das entidades, mesmo com muitas divergências, nós temos discutido exaustivamente todas as questões até a construção do consenso. E, com o governo, nós precisamos de um espaço maior, porque nós queremos representatividade de quem está operacionalizando toda a política educacional. Dessa forma, à medida que se favorecem atividades como esta, nós estamos contribuindo bastante para a melhoria da qualidade de ensino e dos profissionais de ensino.

Intervenção da professora **Clarilza Prado**:

Eu só queria pontuar um aspecto: me pareceu que não está ficando claro, da relação de avaliação e progressão continuada. Na verdade, são duas coisas. A avaliação tem como objetivo proporcionar elementos, condições, subsídios para um processo de tomada de decisão. À avaliação não compete necessariamente tomar decisões. Então, o que acontece? O que nós temos discutido de avaliação ou o que a literatura de avaliação pontua, é que quem avalia na escola é o próprio professor, e que toma a decisão. Isso de certa forma virou senso comum. Na literatura está muito claro isso, a relação da avaliação e do processo de tomada de decisão. A avaliação pode ser desenvolvida por uma, por duas, por dez pessoas, o processo de tomada de decisão é coletivo numa escola. Eu trabalho na avaliação a minha vida toda. Foi praticamente nisso que eu trabalhei. Eu não tomo as decisões de um programa de uma escola, de um projeto ou de um sistema. A minha decisão não é uma decisão de tudo que se deve fazer. Eu posso recomendar, mas o processo de tomada de decisão é uma decisão coletiva.

Eu acho que na Progressão Continuada, se nós começarmos a pensar nesse conceito de avaliação e como o processo de avaliação deve ser um trabalho coletivo da escola, a partir de subsídios, de elementos coletados e desenvolvidos em sala de aula, alivia, também, essa questão da tensão que já foi pontuada por uma das instituições.

Esta questão está formulada, em especial, para a Maria Isabel e para a professora Bernardete Gatti. Mas se algum outro membro da mesa quiser fazer algum comentário, está aberto.

“Os representantes das entidades apontam alguns problemas ocorridos na implantação da Progressão Continuada. Nos discursos da Secretaria, não constatei nenhuma falha ou problemas. Comentem essa constatação, por favor.”

Comentário da professora **Bernardete**:

Quando uma administração faz o desenvolvimento de um projeto, de uma proposta, em geral, ela tenta apontar a estrutura da proposta e aquilo que foi feito, conseguido. Foram levantado vários problemas nos textos. Acho que ficou muito claro que são os problemas da própria prática cotidiana de implementação de um programa dessa natureza. E acho que o José Mário falou muito bem. Se nós levamos 90 anos para fazer bem a progressão continuada, está de bom tamanho. Quer dizer, é uma coisa que se deve fazer em processo. O que a gente não pode fazer é desistir de uma idéia, se se considera a idéia válida.

Eu volto ao início da minha fala. Se a progressão continuada é considerada uma idéia válida e de valor social, então ela merece ter continuidade e ser melhorada. E vai levar muito, mas muito tempo para que ela venha a ser realmente praticada na sua inteireza. E é isso mesmo. Acho que não tem questões sobre isso.

Agora, quando o Conselho Estadual de Educação aprovou a deliberação sobre a implantação da Progressão Continuada, houve uma série de recomendações no Documento e algumas delas a Secretaria desenvolveu como avaliação externa, como a avaliação institucional levantando a situação das escolas, da avaliação dos alunos. Havia algumas questões (não sei se não houve tempo ou se não houve uma vontade política nessa direção, e houve numa outra direção), por exemplo, não acho que se trabalhou bem com os dispositivos regimentais. Não acho que os dispositivos regimentais sejam adequados à questão do bom desenvolvimento da idéia de progressão continuada.

Nós enfatizamos muito que a forma de implantação deveria ser feita com muitas discussões, com muita participação, se possível dos pais. Foram feitas discussões. O próprio Conselho Estadual de Educação participou de muitas discussões, mas eu acho que não foi feita a discussão essencial, que foi a discussão nos grupos das escolas, para se poder ir consolidando a prática desse projeto. Também não houve uma articulação com as famílias para o acompanhamento do aluno ao longo do processo, que era uma outra recomendação que o Conselho dava. Então, há problemas. E eu acho que essa abertura aqui, hoje, é para ver, realmente, o que foi feito, o que não foi feito, o que pode ser melhorado. Então, estão aí alguns problemas que eu aponto e acho que a própria Secretaria reconhece que deixou de lado algumas questões.

Comentário da professora **Maria Isabel**:

Eu senti essa necessidade: que a Secretaria também apontasse a principal questão hoje colocada, que é a avaliação propriamente dita. E a própria inter-relação que se faz com uma avaliação e um pagamento de bônus-mérito em gestão, que destoa todo um resultado final de uma avaliação. Eu acho que é uma discussão que tem ser enfrentada pela Secretaria para ver se isso vai continuar. Quer dizer, podemos até ter convergências quanto a ter avaliação externa, para que essa avaliação seja uma forma, para que a Secretaria reoriente sua política educacional.

Agora, na verdade, quando isso se dá, pelo menos o último Saresp que ocorreu, foi na verdade para orientar pagamentos de bônus e méritos em gestão de um jeito ou de outro, e isso eu penso que é uma crítica contundente.

Agora, eu acho que contribuímos dizendo onde nós entendemos o que é certo e onde nós entendemos o que é errado. Por exemplo, um dos pontos da pesquisa que fizemos e que foi apontado como positivo, foi a questão da recuperação. Isto ninguém disse aqui, que a pesquisa colocou como positivo. Os professores apontaram como positivo. Nós entendemos que também é positivo. Portanto, é algo que tem que ser incorporado. Não me refiro àquela recuperação de janeiro. Eu me refiro à recuperação paralela. Àquela que ocorre lado a lado como processo durante o ciclo. Isso é algo de positivo. Agora, vir aqui e dizer que tudo está perfeito e maravilhoso, então, não me cabe estar aqui! Eu estou aqui não porque tem uma visão convergente, mas divergente, e, por isso, vou explicitá-la. Talvez, por isso, a pergunta do professor Roberto, quando ele diz “tá tudo lindo, maravilhoso?” Então, por que está todo mundo clamando por mudança no sistema educacional? Por que está sendo entendida, por exemplo, e eu reafirmo, que a progressão continuada, no seu sentido *lato*, na sua real concepção, ela garante a qualidade de ensino? Por que é que está sendo entendida de forma enviesada, por exemplo, pelos pais de alunos, e eles remeteram na forma de “empurra-empurra”, da forma que eles têm dito para toda a sociedade? Por que é que isso está colocado? Se nós não olharmos a coisa de frente, então vamos fazer de conta que está “lindo e maravilhoso” e enfrentarmos o debate mais para frente, e vamos “empurrando com a barriga”, e vamos fazer de conta que está tudo muito certo.